**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes**
Capital do Tanino e da Citricultura"

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,
para ver da possibilidade de atender.

_____
Presidente

# PEDIDO DE INFORMAÇÃO N.º 92 /2017

Gabinete do Vereador, 06 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Poder Executivo Municipal o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

Em relação aos professores da rede municipal que ingressaram com ações judiciais contra o município:

1. Quantos professores ingressaram com ações na justiça, no período entre 2016 e 2017?
2. Quantos obtiveram sentença favorável?
3. O município tem cumprido tais sentenças? Existem mandados de segurança ou sentenças do Tribunal de Justiça favoráveis aos professores, que não estão sendo cumpridos por ordem de superiores hierárquicos dos professores?
4. Quantos profissionais que tem mandados de segurança e liminares deferidas pelo poder judiciário e que estão em licença saúde?
5. Qual o valor total que foi gasto pelo erário público, desde o início do presente ano letivo até junho, com convocação ou RST, que estão substituindo esses profissionais da educação que ingressaram com ações?
6. Os profissionais que estão substituindo os educadores removidos possuem formação na área de atuação?
7. Os professores, **que não estão em licença saúde,** estão exercendo suas funções normalmente, em cumprimento às decisões judiciais?

**Exposição de motivos:**

Chegou ao gabinete do vereador subscrito, uma série de denúncias de perseguição a profissionais da educação, desde o início deste ano, com a

alteração de designação sem uma justificativa plausível ou uma motivação clara, por exemplo.

Diante dos fatos, alguns professores recorreram ao poder judiciário na busca de seus direitos.

Segundo informações, algumas sentenças dos mandados de segurança foram favoráveis aos professores.

Os referidos educadores deveriam voltar às suas escolas de origem.

Contudo, houve reclamação que as sentenças não foram cumpridas pela SMEC.

Os profissionais ficaram, de forma humilhante, nas escolas de origem e impedidos de fazer aquilo que sabem e mais gostam: dar as suas aulas.

No lugar desses professores, a SMEC colocou outros profissionais, aumentando as despesas de forma desnecessária.

Vereador Joel Fabiano Kerber

PP

Proposição elaborada e redigida pelo Gabinete do Vereador Kerber